

As contribuições teórico- metodológicas de Lênin e Gramsci para a educação contemporâneaⁱ


 @percursos_revista


 /revpercursos

Giovanni Semeraro


Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói, RJ – Brasil

 lattes.cnpq.br/6956417347930716

 orcid.org/0000-0003-4230-3598

gsemeraro07@gmail.com

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0211>

Para citar artigo:

SEMERARO, Giovanni. As contribuições teórico-metodológicas de Lênin e Gramsci para a educação contemporânea. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0211, 2024.



As contribuições teórico-metodológicas de Lênin e Gramsci para a educação contemporânea

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar as formulações de Lênin e Gramsci para a educação. O texto está dividido em quatro seções. Ao longo da exposição, apresentamos os elos e as afinidades entre Lênin e Gramsci, mas também ressaltamos as continuidades e diferenças entre eles. Além disso, abordamos o princípio teórico-prático da hegemonia na perspectiva de Lênin e Gramsci no plano da política e da produção do conhecimento. Por fim, refletimos sobre a atualidade dos pensadores para a educação no contexto de crise do capitalismo, considerando a atuação das forças reacionárias e conservadoras que visam sustentar o sistema imperialista.

Palavras-chave: Gramsci; Lênin; educação.

The theoretical-methodological contributions of Lenin and Gramsci to contemporary education

Abstract

The main goal of this work is to analyze Lenin and Gramsci's formulations for education. The text is divided into four sections. Throughout the article, we present the links and affinities between Lenin and Gramsci, highlighting their continuities and differences. Furthermore, we address the theoretical-practical principle of hegemony from the perspective of Lenin and Gramsci regarding politics and knowledge production. Finally, we reflect on the current thinking of education in the context of the crisis of capitalism, considering the actions of reactionary and conservative forces that aim to sustain the imperialist system.

Keywords: Gramsci; Lenin; education.

1 Elos e afinidades entre Lênin e Gramsci

Contemporâneos e atuando em contextos diferentes, Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin) e Antonio Gramsci, dois grandes revolucionários da primeira metade do século XX, guardam profundas afinidades tanto no campo teórico como na atividade política e na concepção educacional.

Lênin não é só um genial estrategista político que organizou as massas, preparou o terreno e liderou os bolcheviques na Revolução de Outubro de 1917 que estremeceu o mundo. É também um teórico de ampla visão que aprofundou e materializou com “análises concretas da realidade concreta” a concepção de mundo inaugurada por Marx, desmascarou as manobras imperialistas da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e agiu como dirigente habilidoso para enfrentar a guerra civil nos anos 1918-1920 e o boicote dos países ocidentais assustados com o abalo provocado pelos eventos ocorridos na URSS. Além disso, Lênin mostrou-se um governante clarividente e arrojado no processo de “transição socialista”. Ao lançar as bases da industrialização e da modernização em um imenso país mantido no atraso e na servidão pelo czarismo, promoveu um inédito programa de educação para uma população majoritariamente rural e analfabeta; desmontou a velha máquina estatal e organizou o Estado soviético com um consistente planejamento econômico, político e cultural, difundindo energia elétrica e desencadeando as “três revoluções” (industrial, agrária e cultural), sintetizadas no lema: “eletrificar a indústria e elevar a cultura” (Lênin, 1981a, p. 78).

Para Lênin, de fato, o vínculo inseparável entre industrialização e cultura geral, produção e ensino, desenvolvimento técnico-científico e protagonismo político da população eram condições fundamentais para consolidar a revolução e pavimentar o caminho da construção de uma nova civilização. Em consonância com Hegel, que havia resgatado o sentido profundo do trabalho como realização criadora do ser humano e formadora do tecido social, e sintonizado com a crítica de Marx que desvelou as contradições do trabalho no sistema embrutecedor e alienado implantado pela burguesia (Semeraro, 2013), Lênin deflagrou “o ensino geral e politécnico”, gratuito e obrigatório, até os 16 anos (Lênin, 1981a, p. 58), para oferecer a todos o acesso às ciências e ao patrimônio do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

Inspirado, principalmente, na incindível ligação estabelecida por Marx entre produção e ensino para a classe operária (Marx; Engels, 2004, p. 68-69), implementa a “escola única do trabalho” voltada a desenvolver as aptidões dos indivíduos, qualificar os trabalhadores para dominar teorias e técnicas avançadas nas diversas esferas da produção moderna e conjugar o mundo do trabalho com a construção de uma sociedade dirigida pelo “proletariado” (Lênin, 1981a, p. 81).

No pronunciamento feito no I Congresso de Instrução Pública de Toda a Rússia, em 28 de agosto de 1918, Lênin expressa claramente a recusa da instrução meramente profissionalizante reservada pela classe dominante às camadas populares com o intuito de preparar apenas mão de obra eficiente e servil e alijar a formação geral e técnico-científica integrada com a vida da sociedade e com a formação política:

A escola foi inteiramente convertida em instrumento do domínio de classe da burguesia, toda ela estava impregnada do espírito de casta burguês, o seu objetivo era proporcionar aos capitalistas laicos serviços e operários hábeis. A guerra demonstrou que as maravilhas da técnica moderna são um meio para exterminar milhões de operários e enriquecer fabulosamente os capitalistas, que lucram com a guerra [...] declaramos abertamente que a escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia (Lênin, 1981a, p. 61).

Na concepção de Lênin, portanto, a conexão do ensino com os problemas reais do sistema produtivo e da vida social, assim como a formação e a atuação política, se tornam fundamentais também no processo de aprendizagem, uma vez que a luta “contra a velha sociedade alicerçada na exploração” é essencial para desvelar as contradições da sociedade capitalista e meio para liberar todas as potencialidades da população, de modo a preparar o proletariado para “desempenhar o seu papel de educador, organizador e dirigente, papel sem o qual é impossível a desagregação do capitalismo” (Lênin, 1981a, p. 104).

Por outro lado, Lênin não deixou também de apresentar críticas ao programa do “Proletkult” (Organização Cultural e Educacional Proletária), introduzido por Bogdánoviv e continuado por Lunatchárski, com o objetivo de alimentar o ativismo político do povo com uma “cultura proletária” simplificada e panfletária que desqualificava a cultura

moderna e a experiência acumulada pela escola tradicional. De fato, na Saudação ao I Congresso Nacional de Instrução Extraescolar em 1919, Lênin alertava que seria um erro grave pensar na possibilidade de ser comunista na base de palavras de ordem e da superficialidade, sem construir uma ciência e uma cultura consistente, sem ter assimilado com espírito crítico os tesouros de conhecimentos produzidos pela humanidade, de onde derivara o próprio comunismo (Lênin, 1968).

Não há dúvida de que a influência de Lênin e da Revolução de Outubro foram muito marcantes no pensamento e nas atividades políticas de Gramsci. Entre os numerosos textos que mostram essa ligação, o artigo “Lênin, Líder Revolucionário”, escrito em 01/03/1924, por ocasião da sua morte, expressa abertamente a admiração de Gramsci pelo “companheiro e líder revolucionário: iniciador de um novo processo de desenvolvimento na história” (Gramsci, 2004b, p. 237). No entanto, avesso a fanatismos e idolatrias, Gramsci evidencia que a excepcional personalidade de Lênin deve ser situada no longo processo ocorrido na história russa e mundial. Salienta, assim, que tanto a liderança de Lênin como a função do partido que dirige “são elementos da classe operaria, são uma parte desta classe, representam seus interesses e aspirações mais profundas e vitais” (Gramsci, 2004b, p. 236). Sem recorrer à imposição ou à impostura, de fato, a atividade política de Lênin é extraordinária porque “expansiva”, uma vez que “nela se verifica um contínuo movimento de baixo para cima, um contínuo intercâmbio através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens” (Gramsci, 2004b, p. 240).

Os nexos entre Gramsci e Lênin são numerosos e mais do que evidentes. Basta mencionar que a atuação de Gramsci nos “Conselhos de fábrica” de Turim (“território nacional do autogoverno operário”) e no “biênio vermelho” (1919-20) se inspiram claramente na experiência dos Sovietes e na Revolução Russa. Em diversos artigos escritos nos anos 1919-1920, acentua a participação coletiva e a educação recíproca, ressalta o “autogoverno dos produtores” retratado por Marx na *Guerra Civil na França* (1982, p. 37) e, mais do que a “ditadura do proletariado”, Gramsci enfatiza que o processo revolucionário deve levar à criação de um novo Estado constituído, ao mesmo tempo,

“no terreno da produção”, na organização política e no desenvolvimento da cultura das massas populares¹

Assim, nas diversas atividades educativas e na “escola do trabalho” (Gramsci, 2004a, p. 324-325) que promoveu junto aos operários de Turim, além de aspectos derivados de B. Croce, de G. Lombardo Radice (Gramsci, 2004a,) e da revista *Clarté* (de Romain Rolland e Henri Barbusse), Gramsci voltou suas atenções, principalmente, para as transformações político-econômicas e as reformas educacionais instituídas na URSS. Durante sua estadia em Moscou, entre junho de 1922 e novembro de 1923, observou de perto a experiência e o debate em torno da “escola única do trabalho” introduzida por Lenin e Krupskaya (Lênin, 1977, p. 167).

Além disso, Gramsci conhece também a visão elaborada por M. M. Pistrack que, inspirado na metodologia do materialismo histórico-dialético, combatia o ensino abstrato e conjugava ciência, trabalho, vida social e política. Condensada no livro *Fundamentos da escola do trabalho* (Pistrack, 2000), a ampla experiência desse educador retrata a escola não só como o lugar para assimilar a bagagem científica e as modernas técnicas do trabalho, mas, também, como o ambiente onde os alunos aprendem a se auto-organizar, a analisar coletivamente os problemas da sociedade e se preparam para transformá-la e dirigi-la.

É neste intenso percurso de Gramsci como militante político, intelectual e educador que se encontram as matrizes de diversos conceitos relativos ao novo “método de conhecimento” e à formação de uma consciência política do proletariado que afloram desde os escritos pré-carcerários e são, particularmente, desenvolvidos nas notas dos *Cadernos do cárcere*, base fundamental para descobrir também boa parte da gênese da “escola unitária” elaborada e condensada, particularmente, no Caderno 12. Conforme procuramos demonstrar na análise deste caderno (Semeraro, 2021), Gramsci, valendo-se também do estudo de outras correntes pedagógicas, amplia a concepção de “escola única” do trabalho desenvolvida na URSS e tece uma crítica perspicaz das modernas propostas derivadas da “escola nova” e da “escola ativa”, inclusive, das posições contidas no “sistema educativo Dalton” (Gramsci, 1996). Para Gramsci, essas escolas “progressistas”, de derivação liberal e inspiradas no princípio da autonomia do aluno,

¹ Por exemplo, GRAMSCI, 2004, vol. 1, p. 257ss; p. 361ss; p. 383ss

“não têm nada a ver com a questão de criar um tipo de escola que eduque as classes instrumentais e subordinadas a um papel *dirigente* na sociedade, em conjunto e não como indivíduos isolados” (Gramsci, 1975, p. 1183-1185, grifo próprio).

Mas, em Gramsci há outros importantes aspectos que guardam muita afinidade com Lênin: o papel do partido, a função dos intelectuais, o protagonismo das massas, a aliança operários-camponeses, a formação da “frente única”, a construção do Estado democrático-popular, o jacobinismo, a dimensão internacional do comunismo. Não surpreende, portanto, que diversos analistas consideram que “o surgimento e o desenvolvimento do leninismo no cenário mundial tenha sido o fator decisivo de toda a evolução de Gramsci como pensador e como político de ação” (Togliatti, 1973, p. 423)².

2 Continuidade e diferenças entre Gramsci e Lênin

No entanto, embora sintonizados na mesma matriz marxista e em objetivos políticos convergentes, Lênin e Gramsci apresentam peculiaridades próprias. Retratado por Gramsci como “o maior estadista da Europa contemporânea” (2004a, p. 240) e “o maior teórico moderno da filosofia da práxis, no terreno da luta e da organização política” (Gramsci, 1975, p. 1235), Lênin desenvolveu seu pensamento e amadureceu suas posições políticas ao longo de um intenso processo de organização das massas e da “guerra de movimento” que culminaram na realização da Revolução de 1917 e na criação do Estado soviético. Tais aspectos levam Gramsci a ver uma relação estreita entre Lênin e Maquiavel, políticos “em ato”, que mesmo em épocas e realidades diferentes, procuraram conectar a força dirigente nacional e as massas populares com a estrutura do Estado (Gramsci, 1975, p. 1578).

Por outro lado, situado em um contexto sócio-político diferente, Gramsci é o pensador e militante político da revolução para tempos de longa duração nas complexas sociedades do capitalismo avançado do “Ocidente”. Dedicar-se, assim, a analisar as dimensões da estrutura e da superestrutura que dão sustentação ao poder da classe dominante sempre pronta para reprimir ameaças ao seu *status* e colocar em campo as mais variadas versões de “revolução passiva”. Frente a mais avassaladora forma de

² Ver: VACCA, Giuseppe. *Saggio su Togliatti e la tradizione comunista*. Bari: De Donato, 1974.

“revolução passiva” implantada pelo fascismo na Itália, Gramsci traça os caminhos da disputa hegemônica a ser travada em todos os espaços pelas classes trabalhadoras e as forças populares com um intenso processo de conscientização, de luta cultural e organização política.

Dessa forma, distanciando-se da visão idílica do “grande dia” da revolução, até porque a revolução na URSS caminhava para um processo que exigia “uma luta prolongada e tenaz no terreno do capitalismo” (Lênin, 1981b, p. 58), Gramsci dá maior ênfase à “guerra de posição”, tendo sempre em vista a ruptura com o capitalismo e a superação da sociedade burguesa. Nesse sentido, diversamente do “Oriente”, onde “a sociedade civil era primordial e gelatinosa”, Gramsci leva em consideração que no “Ocidente” havia uma “robusta cadeia de fortalezas e casamatas” na sociedade (1975, p. 866). Em tal contexto, em que “a estrutura maciça das democracias modernas seja como organizações estatais seja como conjunto de associações na vida civil” (Gramsci, 1975, p. 1566-1567) é muito sólida, a “guerra de posição (ou de assédio)” torna-se mais determinante do que a “guerra manobrada (e de ataque frontal)”.

E Gramsci, observando que “Ilitch havia compreendido que precisava uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente em Oriente em 1917, para a guerra de posição” (Gramsci, 1975, p. 866), enfatiza que “esta questão de teoria política, é a mais importante, colocada desde o período do pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida” e a mais exitosa em caso de vitória. De fato, a guerra de posição, “concentrada, difícil, na qual se exigem qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo e que demanda uma concentração inaudita da hegemonia [...] uma vez vencida, é definitivamente decisiva” (Gramsci, 1975, p. 802). Com base nisso, para Gramsci, o Estado deve ser entendido como “todo o conjunto de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não apenas justifica e mantém o seu domínio, mas, consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 1975, p. 1765). Superando, assim, a visão difusa no senso comum que o considera como aparelho repressor, superposto e separado, Gramsci reconfigura o “Estado em sentido orgânico e mais amplo” (Gramsci, 1975, p. 763), relacionando inseparável e dialeticamente sociedade política e sociedade civil (Gramsci, 1975, p. 866).

Da mesma forma, também, em relação ao partido, sem diminuir a necessidade do seu papel na organização das classes subalternas, Gramsci amplia a sua compreensão apresentando-o como “intelectual coletivo” (1975, p. 1523), espaço aberto para desenvolver o conhecimento e a responsabilidade de todos os seus integrantes, de modo a praticar a dialética contínua entre direção e espontaneidade, pensamento e ação, superando, assim, tendências ao vanguardismo e à centralização do poder.

Essas sucintas e notórias referências são mais do que suficientes para mostrar que, tal como aprofundou e desenvolveu o pensamento de Marx, a relação de Gramsci com Lênin não foi de transposição mecânica, mas dialética e criativa. E, na verdade, o próprio Lênin sinalizara para a necessidade de orientar a própria atuação política com base nas interpelações provenientes das situações concretas e das particularidades históricas nas quais ocorrem as lutas políticas (Lênin, 1981c, p. 107).

Assim, desde os escritos pré-carcerários, e ao longo das suas anotações no cárcere, Gramsci mostra a necessidade da tradutibilidade do marxismo que ocorre realizar na passagem “de um século para outro”, de um país para outro e no interior de diferentes culturas, levando em conta não só a adaptação na linguagem e nos conceitos, mas, buscando, também, a reelaboração teórica e a criação de novas modalidades políticas com base em um cuidadoso “reconhecimento de caráter nacional” e internacional (Gramsci, 1975, p. 866). Além disso, sem se restringir às estratégias de lutas da classe operária e dos camponeses, Gramsci foi um dos marxistas que mais se sensibilizou e abriu frentes de pesquisas na história, na cultura, na literatura popular e no complexo universo dos “subalternos” (Gramsci, 1975), ampliando o conceito de classe e os espaços de lutas sociais e políticas, como já vinham mostrando diversos escritos pré-carcerários (Gramsci, 2004a, p. 58-59).

Assim, juntamente com a conquista do aparelho de Estado e do sistema de produção, Gramsci resgata a importância fundamental das componentes “superestruturais” convencido de que toda reforma “econômica” deve estar entrelaçada com uma “reforma intelectual e moral” (Gramsci, 1975, p. 1561), em consonância com a concepção da filosofia da práxis que não separa teoria da prática, superestrutura da estrutura, ser humano da natureza, sujeito do objeto, indivíduo da sociedade (Gramsci, 1975, p. 1457). A matriz unitária e dialética desse inseparável “bloco histórico” leva

Gramsci a questionar a divisão considerada “natural” não só entre governantes-governados, dirigentes-dirigidos, mas, também entre educadores-educandos e a desconstruir o clichê longamente enraizado no senso comum que considera os intelectuais um círculo restrito da “aristocracia do saber”. Ao contrário, apresenta uma nova concepção de cultura e de intelectual reconfigurados pela organicidade processual entre intelectual e povo, saber e sentir, ciência e criações populares (Gramsci, 1975, p. 1505).

Partindo desses pressupostos, Gramsci amplia os conceitos de cultura e de intelectual a tal ponto que chega a enunciar que “todos são intelectuais”, cada um com sua especificidade (Gramsci, 1975, p. 1516), afirmação inaudita em sintonia com as outras impactantes declarações de que “todos são filósofos” (Gramsci, 1975, p. 1375) e “todos são ‘homens políticos’ e ‘legisladores’” (Gramsci, 1975, p. 1668). Dessa forma, uma vez que as criações culturais são obra de todos, é preciso transformar “a filosofia em movimento cultural” (Gramsci, 1975, p. 1380) para que possa “gerar uma ética, um modo de viver” (Gramsci, 1975, p. 2185-2186) que expande as potencialidades de todos na sociedade. Com isso, introduz uma visão teórico-política que se opõe ao sistema de casta, ao monopólio e ao elitismo e produz uma ruptura epistemológica em relação às concepções dominantes em sua época, não só às posições neo-idealistas de B. Croce e à reforma fascista G. Gentile, mas, também ao paternalismo da Igreja e às correntes liberais, nas suas versões de “escola nova”, “escola ativa” e pragmatismo (Semeraro, 2021).

Dessas premissas nasce o audacioso e fascinante projeto do Caderno 12, em que Gramsci estabelece um elo profundo e incindível entre “intelectual orgânico”, “escola unitária” e “educação integral”, articulados com o mundo do trabalho, a política, a filosofia, a história e a cultura popular, de modo que todo cidadão venha a tornar-se “‘dirigente’ (especialista + político)” (Gramsci, 1975, p. 1551), desenvolvendo, ao mesmo tempo, a inseparável formação científico-profissional e sócio-política, componentes necessárias para expressar suas habilidades no campo da produção e, educando-se coletivamente na arte do autogoverno, conduzir hegemonicamente a sociedade na criação de uma nova civilização.

3 O princípio teórico-prático da hegemonia na política e na construção do conhecimento

Para Gramsci, horizontes tão desafiadores desta revolução só podem ser alcançados pela conquista da hegemonia construída nas lutas políticas das classes trabalhadoras e das camadas subalternizadas. E, como se sabe, entre os demais elos em comum com Lênin, Gramsci (1975)³ assimila e desenvolve o conceito de hegemonia, cuja origem, na verdade, deriva da filosofia da práxis fundada no pensamento de Marx, no qual “é contido *in nuce* também o aspecto ético-político da política ou a teoria da hegemonia e do consenso, além do aspecto da força e da economia” (Gramsci, 1975, p. 1315). No parágrafo 12 deste mesmo caderno, ao resgatar o potencial “gnosiológico” da ideologia e da hegemonia, Gramsci observa que

a proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, pela qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não meramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui ele também uma dimensão gnosiológica e, portanto, é neste campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis. Ilitch teria feito progredir [efetivamente] a filosofia [como filosofia] na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (Gramsci, 1975, p. 1249-1250).

Gramsci, portanto, mostra não apenas que as ideologias possuem uma consistência concreta, já que desencadeiam efeitos históricos e políticos, mas, que o processo de conhecimento e a elaboração da própria concepção de mundo guardam vínculo estreito com a ação política voltada a conquistar a hegemonia, uma vez que: “a compreensão crítica de si mesmos ocorre através uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes; primeiro no campo da ética, depois da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real” (Gramsci, 1975, p. 1385).

³ Ver: Q 4, §38, p.465 e Q 7, §33, p.882

Dessa forma, assim como ocorre a construção da própria personalidade, é no processo de luta pela hegemonia que um grupo social, um partido ou uma nação, ancorados na base material, chegam também a se compreender, a se articular e elaborar um próprio projeto de sociedade, conseguindo obter o consenso ativo de grande parte da população pela capacidade que demonstram de conduzir a inteira sociedade não só pelo “domínio” e pela “força”, mas, principalmente, pela “direção intelectual e moral” (Gramsci, 1975, p. 1519). Nessa ótica, mais do que “comando” e diretivas emanadas de um poder posto acima ou vindo de fora, a hegemonia se fundamenta na conscientização, no conhecimento e na participação política das massas, no “poder de atração” (Gramsci, 1975, p. 2012) que ocorre quando o sistema hegemônico socializa o processo econômico, político e cultural e promove a expansão de toda a sociedade. Por isso, Gramsci estabelece uma conexão entre democracia e hegemonia: “No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos, na medida em que [o desenvolvimento da economia e, portanto], a legislação [que expressa tal desenvolvimento] favorece a passagem [molecular] dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (Gramsci, 1975, p. 1056).

Não há dúvidas, portanto, de que a maior contribuição teórico-metodológica de Lênin e Gramsci é a elaboração de um conjunto de ferramentas teóricas e de atividades políticas baseadas na “mais moderna filosofia da práxis”, cujo “traço essencial consiste precisamente no conceito histórico-político de ‘hegemonia’” (Gramsci, 1966, p. 570). Em consonância com Lênin que, mesmo sem ter tido o tempo de aprofundar esse conceito (Gramsci, 1975, p. 866), “havia conferido um renovado valor à frente da luta cultural e construído a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força” (Gramsci, 1975, p. 1235), Gramsci mostra não só a necessidade de valorizar a superestrutura e o potencial revolucionário de diversos sujeitos políticos (Gramsci, 1975, p. 1603), mas que a conquista da hegemonia é a estratégia principal para adquirir conhecimento, para organizar-se politicamente e aprender a dirigir democraticamente a sociedade.

Contra o voluntarismo e o “subversivismo esporádico e desorgânico” (Gramsci, 1975, p. 957), Gramsci não tem dúvidas de que precisa sempre partir dos meios materiais, da realidade objetiva e do papel do partido (Gramsci, 1975), aspectos particularmente

salientados por Lênin (1979) em *Materialismo e empiriocriticismo*. Mas, além da base material, das “relações de força” e do “aparato hegemônico”, Gramsci enfatiza também as componentes da subjetividade, da criatividade e da construção de uma própria concepção de mundo pelas classes trabalhadoras e os subalternizados. Dessa forma, a conquista da hegemonia é posta no processo dialético entre objetividade e subjetividade, estrutura e superestrutura e entendida como “supremacia” de um grupo social que consegue conjugar força e consenso, “domínio e direção” (Gramsci, 1975, p. 2010).

Para Gramsci, de fato, as forças produtivas em si não possuem uma automática capacidade progressista, mas, junto com elas é preciso desenvolver a “vontade coletiva”, a iniciativa política organizada e as dimensões subjetivas da classe operária e das massas populares. Com isso, se opõe tanto ao positivismo como ao idealismo e a toda teoria que atribui a entidades metafísicas e a essências abstratas alguma prerrogativa capaz de determinar os rumos da história. Ao contrário, Gramsci afirma que o imanentismo absoluto (Frosini, 2010, p. 137-146), a ação humana politicamente organizada, o “historicismo revolucionário”, constituem a base do conhecimento e o motor da história. Mostra, assim, que esta não é feita só de materialidade das coisas, de meros fatos, de indivíduos e do imponderável, mas, é também campo de possibilidades que se abrem quando sujeitos destemidos e politicamente organizados resolvem juntar suas vontades, tomar iniciativas e lutar por outros projetos de sociedade.

Por isso, a clássica pergunta “O que é o homem?”, que perpassa a história da filosofia, em Gramsci torna-se: “o que o homem pode se tornar, isto é, se o homem pode dominar o seu destino, se ele pode se ‘fazer’, se pode criar-se uma vida” (Gramsci, 1975, p. 1344). Com essa “reviravolta da posição tradicional do problema filosófico” (Gramsci, 1975, p. 119), em sintonia com Marx que “renova de cima abaixo o modo de entender a filosofia” (Gramsci, 1975, p. 433-35) e “inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento” (Gramsci, 1975, p. 1425), não é mais possível construir um conhecimento e elaborar uma concepção de mundo que tenha algum sentido sem levar em conta a realidade concreta, as relações sociais de produção, a divisão das classes e as lutas desencadeadas pelos sujeitos ativos na trama social voltadas a criar elevados níveis de civilização.

4 A atualidade de Lênin e Gramsci para a educação

No início do século XX, Lênin e Gramsci se defrontaram com uma crise profunda do capital, com a Rússia em condições semifeudais, com o colapso da velha ordem europeia e “a desintegração do sistema das colônias e das suas esferas de influência” (Gramsci, 1987, p. 103). No torvelinho de situações históricas tão desafiadoras, não hesitaram em se dedicar com inteligência teórica e ousadia política a organizar e desencadear a revolução, juntamente com as massas populares, situando os embates nacionais no âmbito da construção de “uma nova ordem internacional que unifique a consciência universal do mundo” (Gramsci, 1987, p. 156-161).

No início do século XXI, em outro contexto que entrelaça ainda mais intensamente os problemas de cada país com o sistema internacional e a dramática situação do colapso planetário, nos deparamos com uma crise ainda maior do capitalismo que se agravou com a degradação introduzida pelo neoliberalismo e a financeirização da economia. E, tal como o fascismo e o nazismo se apresentaram como soluções para a crise do século passado, hoje, também, despontam forças reacionárias e de extrema-direita que procuram dar sustentação ao um sistema imperialista com uma inaudita concentração de poder econômico e militar, crescente escalada da violência, desqualificação da política, superexploração do trabalho, maciças ondas migratórias, extermínio dos povos originários e devastação ambiental que gera recorrentes epidemias e doenças, inclusive psíquicas e mentais.

Em situações tão parecidas com a nossa, as contribuições políticas e teórico-metodológicas de Lênin e Gramsci para a educação continuam de grande atualidade ao indicar que a construção do conhecimento e a formação de uma própria concepção de mundo não podem estar desligadas da análise concreta da realidade, do envolvimento na solução dos problemas cruciais do próprio tempo, das lutas nacionais e internacionais democraticamente conduzidas pelas classes trabalhadoras e as organizações populares que buscam “a fundação de um novo Estado” e a “criação de novos e mais elevados tipos de civilização” (Gramsci, 1975, p. 1566).

Dos dois grandes revolucionários – binômio inseparável da unidade dialética de teoria e prática, força e consenso, guerra de movimento e de posição, direção e

espontaneidade – aprende-se, também, que a bagagem da história, o estoque de conhecimentos acumulados e as experiências passadas, ainda que necessários, não são suficientes para enfrentar os desafios postos no tempo presente. Lênin e Gramsci ensinam, inclusive, que o marxismo não é um dogma, um intocável texto sagrado monopólio de alguns iluminados nem uma escolástica estéril e repetitiva, mas, um dinâmico e desafiador processo histórico-dialético de contínua criação coletiva (Gramsci, 2004a).

Cada vez mais necessária, hoje, a revolução a ser recriada precisa enfrentar, seja “O imperialismo estágio supremo do capitalismo” (Lênin, 2012), como também todo tipo de vácuo “nacionalismo, que não promovendo uma situação ‘nacional-popular’, considera as grandes massas populares como gado” (Gramsci, 1975, p. 799). Assim, uma vez que o geral e o particular estão dialeticamente imbricados, a polarização instalada no Brasil entre forças reacionárias que fomentam um nacionalismo para “gado” e as organizações populares que combatem as novas formas de colonialismo reflete, de certa forma, o grande embate que ocorre no tabuleiro mundial. De fato, em uma das mais “duras réplicas da história”, que surpreenderia o próprio Hegel (1999), mais do que entre um “Oriente” atrasado e um “Ocidente” avançado, hoje, a contraposição vem se estabelecendo entre o ímpeto de países emergentes e um restrito grupo de nações “ocidentais” que continuam a se atribuir a prerrogativa de impor ditames ao mundo e a exercer uma dominação sem hegemonia, fomentando uma indústria bélica cada vez mais sofisticada, inescrupulosas guerras híbridas e ameaças de toda sorte.

Na contramão do sistema dominante prisioneiro de sua arrogância, vem se gestando um processo complexo e imprevisível que articula em torno do assim chamado “Sul Global” diversos grupos de nações (BRICS, CELAC, UEEA, União Africana), em sua maioria carregando um histórico de colonialismo, de ditaduras e boicotes impostos pelas potências ocidentais. Apontando para o “destino comum” dos povos que partilham o mesmo planeta, esses novos protagonistas se mobilizam para criar uma nova ordem mundial baseada no policentrismo e no multilateralismo voltada a promover uma integração social e geoeconômica no respeito das diversidades, em relações pacíficas, cooperativas e solidárias.

Cada vez mais se adensando e unificando com um processo acelerado e irreversível de “unidade de múltiplas determinações”, contrariamente aos que pensam que a “revolução” não está posta no horizonte (Bobbio, 1989), no mundo atual temos a gigantesca tarefa de deflagrar um conjunto de revoluções em nível molecular, nacional e internacional, para lançar as bases de uma humanidade efetivamente democratizada e integrada no cuidado com o planeta. No atual processo de reordenamento da geopolítica mundial e na construção de uma hegemonia “nacional-internacional-popular”, além de enfrentar o imperialismo, o neo-colonialismo, as “revoluções passivas” e o neofascismo, as contribuições de Lênin e Gramsci se tornam ainda mais decisivas porque indicam estratégias para combater as investidas das novas formas de “indústria cultural” e o monopólio científico que se apropria do desenvolvimento vertiginoso das ciências, da Inteligência Artificial, da tecnologia e do domínio sofisticado das *big techs* para penetrar no inconsciente coletivo e determinar comportamentos, tendências de consumo, eleições políticas e decisões dos governos.

Como nunca, neste contexto há necessidade de um amplo espectro de conhecimento, de intensas e audaciosas estratégias de lutas populares nacionais e internacionais, de um refinado embate político e da criação de uma nova cultura para evitar que eventuais mudanças no tabuleiro mundial não preservem as estruturas de dominação, que não se passe de uma hegemonia ocidental para uma oriental, de um capitalismo desenfreado para um capitalismo mais domesticado, do neoliberalismo para um desenvolvimentismo econômico sem elevação intelectual e cultural das massas e seu protagonismo político (Gramsci, 1975, p. 1385).

Ao alertar para o perigo de construir um socialismo sem hegemonia, caindo na autocracia e na “estadolatria”, Gramsci aponta que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica que precisa se irradiar em todas as esferas, uma vez que, para além do âmbito escolar e das relações intersubjetivas e sociais, “a relação pedagógica se verifica não só no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 1975, p. 1331). Portanto, para verificar se o que está em curso no Brasil, na América Latina e no mundo, é o início de uma nova era ou uma outra revolução passiva para o capitalismo se recompor, adquirir novamente fôlego

e voltar mais forte, as contribuições teórico-metodológicas de Lênin e Gramsci continuam fundamentais para uma educação que no contexto atual possa se dedicar a construir uma consciência política e uma vontade coletiva “nacional-internacional popular” voltada a criar uma nova civilização, tarefa que não pode ser delegada para as próximas gerações, para um futuro distante que nunca chega, mas que precisa se tornar força motora nas nossas escolhas e lutas políticas audaciosas e criativas.

Vislumbrando um dos maiores desafios da nossa geração, no último caderno pouco antes de vir a falecer, Gramsci apontou que “toda história particular vive no quadro da história mundial” (Gramsci, 1975, p. 2343). E, da mesma forma, em uma das últimas cartas do cárcere enviada ao filho Delio, em consonância com “O livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos” (Marx; Engels, 1999, p. 37), Gramsci recomenda o conhecimento e o respeito por “todos os homens do mundo que se unem em sociedade e trabalham e lutam e melhoram a si mesmos” (1996, p. 808). Um processo que se realiza quando os trabalhadores e as massas populares organizadas, rompendo com o capitalismo e seus derivados (o trabalho explorado e a devassa do planeta, as desigualdades e as injustiças, o fascismo, o racismo, o machismo, o imperialismo e todas as formas de dominação), conquistam a hegemonia e criam as condições para se tornarem “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao orgânico desenvolvimento de uma sociedade integral, civil e política” (Gramsci, 1975, p. 1522).

Referências

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FROSINI, Fabio. **La religione dell'uomo moderno**: politica e verità nei *Quaderni del carcere* di Antonio Gramsci. Roma: Carocci, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. A cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975. 4. v.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal carcere 1926-1937**. A cura di A.A. Santucci. Palermo: Sellerio Editore, 1996. 2 v.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **L'Ordine nuovo 1919-1920**. A cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci. Torino, Einaudi, 1987.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da história**. Tradução: Maria Rodrigues; Hans Harden. Brasília: UnB, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Cultura e revolução cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Sobre a educação**. Lisboa: Seara Nova, 1977. 2. v.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **A instrução pública**. Moscou: Edições Progresso, 1981a.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Global, 1981b.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **La alianza de la clase obrera y del campesinato**. Moscou: Progreso, 1981c.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Materialismo ed empiriocriticismo**. Moscou: Progreso, 1979.

MARX, Karl. **La guerra civile in Francia**. Milano: Feltrinelli, 1982.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto del partito comunista**. A cura di Domênico Losurdo. Roma-Bari: Laterza, 1999.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, educação e escola: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci**. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de 'trabalho' na filosofia de Hegel e Marx. **Revista Educação e Filosofia**, [Campinas], v. 27, n. 53, p. 87-104, jul. 2013.

TOGLIATTI, Palmiro. Gramsci e il leninismo. In: AAVV., STUDI GRAMSCIANI (1958). Roma: Ed. Riuniti, 1973. p. 35.

ⁱ Artigo recebido em: 19/11/23
Artigo aprovado em: 04/06/24